

CEGUEIRA E BAIXA VISÃO NA ESCOLA: TESSITURAS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Maria Edilene dos Santos.

Jackeline de Lima Felix

Faculdade de Juazeiro do Norte FJN

E-mail: edilene.literata@hotmail.com.

Jackelinedelimafelix10@gmail.com

RESUMO: A inclusão tem sido tema de vários estudos e sabe-se que existem várias leis que garantem o acesso e permanência dos deficientes nos mais distintos ambientes. Todavia, no campo educacional essa inclusão ainda está longe de ser o ideal. Os professores da sala comum não sabem como lidar com o diferente e acabam segregando-os, dizem estar incluindo quando na verdade o que estão fazendo é colocando-os à margem da sociedade. Partindo desse pressuposto, discorreremos sobre os avanços e retrocessos da inclusão de DV(deficiente visual) no ensino regular e analisaremos os percalços e dilemas enfrentados por estes quando não são assistidos adequadamente. Inicialmente coletaremos informações referentes à cegueira e baixa visão, uma vez que estas fazem parte de um único corpus de estudo que é a deficiência visual. Em seguida teceremos uma síntese da história da Educação Inclusiva, partindo da premissa de que a inclusão de deficientes é um devir, ou seja, ela ainda não está completa. Após tais considerações apresentaremos o uso da tecnologia assistiva como um recurso preponderante para a inclusão escolar de deficientes visuais. Por fim, almejamos evidenciar que a inclusão escolar desses sujeitos ainda causa desconforto naqueles que não conhecem ou pouco sabem sobre as leis de inclusão do nosso país. Para embasar ainda mais este estudo utilizaremos como aporte teórico a LDB 9394/96, a Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007) e as postulações de alguns autores, tais como Galvão Filho (2009), Sasaki(2005), entre outros.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão escolar. Deficiência visual. Tecnologia Assistiva.

BLINDNESS AND LOW VISION IN SCHOOL: THE SCHOOL INCLUSION TESSITURA.

ABSTRACT: The inclusion has been the subject of several studies and it is known that there are several laws that ensure access and permanence of disabled people in widely different environments. However, this inclusion in education is still far from ideal, teachers of regular room do not know how to deal with the different and end up segregating them, they say they are including when in fact what they are doing is

placing them in the margin of what they propose to accomplish in the classroom. Based on this assumption, we will discuss the advances and retreats of the inclusion of DV (visually impaired) in mainstream and analyze the pitfalls and dilemmas faced by them when they are not watched properly. Initially it collects information related to blindness and low vision, since they are part of a single set of study which is the visual disability. Then it weaves a summary of Inclusive Education history, on the premise that the inclusion of the disabled is a becoming, i.e., it is not completed yet. After such considerations it exposes the use of assistive technology as an important resource for the inclusion of visually impaired. Finally, we aimed to demonstrate that the school inclusion of these subjects still causes some discomfort in those who do not know or know little about the laws of inclusion of our country. To give further support to this study it is used as the theoretical contribution the LDB 9394/96, the National Policy in Perspective of Inclusive Education (2007), Galvao Filho (2009), among others.

KEYWORDS: School Inclusion. Visual impairment. Assistive Technology.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade tem empreendido esforços para a inclusão de pessoas com necessidades específicas em diversos ambientes. Todavia, no campo educacional essa inclusão ainda é contraditória, uma vez que o professor da sala comum nem sempre sabe lidar com a diversidade em sala de aula.

Dessa feita é viável ressaltar que algumas pessoas ainda veem a questão da “acessibilidade” como a única solução para a vida dos deficientes e esquecem que produzir meios para a inclusão vai além da construção de rampas ascendentes e pisos táteis. O Art. 59 da LDB- Lei de diretrizes e base da Educação diz que: Os sistemas de ensino deverão assegurar aos educandos com necessidades especiais: currículos e atividades que lhes possibilitem aprender e aprimorar suas competências visando a sua inserção no mundo do trabalho.

Partindo dessa premissa afirmamos que esse estudo justifica-se pelo fato de que incluir o deficiente na sociedade é algo complexo e que requer a participação de todos. Tendenciando embasar o nosso estudo utilizaremos como aporte teórico as postulações de estudiosos da Educação Especial Inclusiva uma vez que esta contribui

relevantemente para a inclusão do deficiente visual no ambiente escolar. A partir disso abordaremos a deficiência visual, práticas pedagógicas e o uso de tecnologias assistivas por professores e/ ou alunos na rede regular de ensino.

METODOLOGIA

O levantamento dos dados foi realizado de forma sistêmica visando entender quais as relações existentes entre as práticas pedagógicas e o uso da tecnologia assistiva durante o processo de inclusão escolar de indivíduos com cegueira e baixa visão.

A priori esse estudo faz uma revisão bibliográfica da teoria pertinente ao tema e em seguida expõe informações sobre os principais documentos que regem os estudos acerca da Inclusão no nosso país. Posteriormente consultamos alguns artigos científicos a respeito do uso das tecnologias por parte de professores e alunos na sala de aula comum e demonstraremos a relação desta com a utilização da tecnologia assistiva como um suporte para a inclusão de deficientes visuais.

A pesquisa desenvolvida nesse trabalho caracteriza-se pelo caráter exploratório. Com relação ao procedimento de estudo pode-se dizer que ele tomou como base a revisão bibliográfica do tema aqui proposto e quanto aos métodos é válido ressaltar que esta pesquisa fez uso do método dedutivo, partindo da inclusão social para a inclusão escolar de deficientes visuais. No que diz respeito à abordagem dos dados que constituem esse corpus de estudo infere-se que a natureza destes é de cunho qualitativo. Pois pretende tecer considerações relevantes sobre a apreensão e exposição do assunto aqui apresentado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao analisar os diversos estudos que discutem a inclusão escolar na sociedade percebemos que são muitos os questionamentos que norteiam essa temática. A priori é válido enfatizar que a educação era e é encarada como sendo um direito de todos e cabe



à escola estar preparada para atender e acolher em suas dependências todos aqueles que a ele recorrerem.

No Brasil uma das principais referências para os estudos sobre deficiência visual é o Instituto Benjamim Constant e Fundação Dorina Nowill. De acordo com o site desta fundação, a deficiência visual é definida como a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da visão. O nível de acuidade visual pode variar o que determina dois grupos de deficiência: cegueira e baixa visão. No dizer de Conde (s/d)

A cegueira engloba prejuízos da aptidão para o exercício de tarefas rotineiras exercidas de forma convencional, através do olhar, só permitindo sua realização de formas alternativas. A cegueira total ou simplesmente AMAUROSE, pressupõe completa perda de visão (...)

Domingues (2010, p. 08) diz que:

A baixa visão é uma deficiência que requer a utilização de estratégias e de recursos específicos, sendo muito importante compreender as implicações pedagógicas dessa condição visual e usar os recursos de acessibilidade adequados no sentido de favorecer uma melhor qualidade de ensino na escola.

Entretanto, (VIGOTSKI 1997 apud NUENBERG, 2008) refuta a ideia de que o deficiente visual consegue compensar a perda do sentido visual por outro órgão qualquer

Ao revisar as perspectivas teóricas de seu tempo sobre o desenvolvimento e educação de cegos, Vigotski nega a noção de compensação biológica do tato e da audição em função da cegueira e coloca o processo de compensação social centrado na capacidade da linguagem de superar as limitações produzidas pela impossibilidade de acesso direto à experiência visual. (Nuernberg, 2008, p.311).

Partindo dessa ideia, Vigotski colocou em evidência o fato de que o modo como este faz uso da linguagem pode sim auxiliá-lo em suas principais atividades tornando-o um ser independente.

É Válido ressaltar que a luta pela Educação Inclusiva provem de movimentos em defesa dos direitos humanos, os quais durante muito tempo foram negados aqueles que



não tinham poder aquisitivo. Corroborando com o que fora dito Romero e Souza (2008) afirmam que:

A Declaração de Salamanca (1994), marco da incorporação legal da inclusão no nosso país, não foi uma criação de políticos e sim fruto da movimentação de um grupo de pessoas que entendiam a necessidade de se ampliar a discussão sobre o tratamento destinado aos deficientes a várias instâncias sociais, com o objetivo de se repensar as práticas sociais excludentes (ROMERO e SOUZA, 2008, 3092).

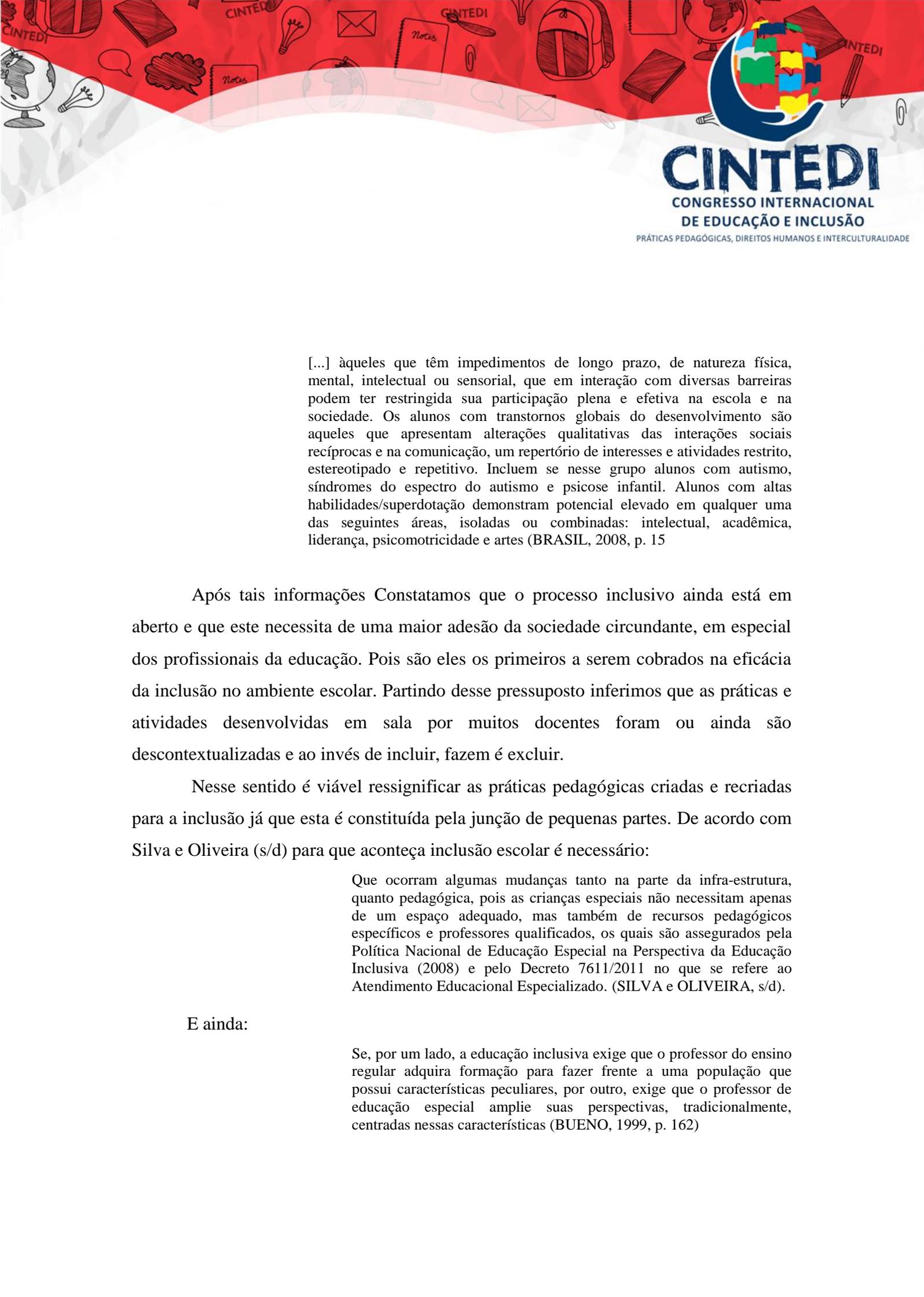
Com isso nota-se que tal educação é essencialmente uma conquista que perpassa o tempo e o espaço e que dia após dia se intensifica um pouco mais, pois ganha novos adeptos desejosos de incluir quem até então não tinha o direito de “ser alguém” no mundo. Em meados do século XX ocorreu mais uma mudança significativa no tratamento dispensado ao deficiente na sociedade. Este deixou de ser confinado em hospitais psiquiátricos e passou a ser preparado para inserir-se socialmente. Com isso surgiu o processo de integração que para Sasaki (2005) tem uma relevância particular.

O mérito da proposta da integração está no seu forte apelo contra a exclusão e a segregação de pessoas com deficiência. Todo um esforço é envolvido no sentido de promover a aproximação entre a pessoa deficiente e a escola comum, entre a pessoa deficiente e a empresa comum e, assim por diante (...) (SASSAKI, 2005, p. 22).

No ano de 1990, surgiu a *Conferência Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem* (Tailândia), e em 1994 aconteceu à conferência mundial sobre necessidades educativas especiais, em Salamanca, na Espanha. A *Declaração de Salamanca* de 1994 evidencia que:

As escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Elas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. Tais condições geram uma variedade de diferentes desafios aos sistemas escolares (BRASIL, 1994, p. 3)

Já A Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusiva define como público alvo do atendimento educacional especializado.



[...] àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes (BRASIL, 2008, p. 15)

Após tais informações Constatamos que o processo inclusivo ainda está em aberto e que este necessita de uma maior adesão da sociedade circundante, em especial dos profissionais da educação. Pois são eles os primeiros a serem cobrados na eficácia da inclusão no ambiente escolar. Partindo desse pressuposto inferimos que as práticas e atividades desenvolvidas em sala por muitos docentes foram ou ainda são descontextualizadas e ao invés de incluir, fazem é excluir.

Nesse sentido é viável ressignificar as práticas pedagógicas criadas e recriadas para a inclusão já que esta é constituída pela junção de pequenas partes. De acordo com Silva e Oliveira (s/d) para que aconteça inclusão escolar é necessário:

Que ocorram algumas mudanças tanto na parte da infra-estrutura, quanto pedagógica, pois as crianças especiais não necessitam apenas de um espaço adequado, mas também de recursos pedagógicos específicos e professores qualificados, os quais são assegurados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e pelo Decreto 7611/2011 no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado. (SILVA e OLIVEIRA, s/d).

E ainda:

Se, por um lado, a educação inclusiva exige que o professor do ensino regular adquira formação para fazer frente a uma população que possui características peculiares, por outro, exige que o professor de educação especial amplie suas perspectivas, tradicionalmente, centradas nessas características (BUENO, 1999, p. 162)

No entanto notamos que ainda existe certo desinteresse por parte de alguns professores que desconhecem a eficácia desse projeto inclusivo. Considerando a importância das relações interpessoais para a vida humana, acreditamos que as práticas pedagógicas e o papel do professor na sala de aula comum são indispensáveis para que o indivíduo cego ou mesmo com baixa visão possa se sentir acolhido no âmbito educacional. O homem sente em si a necessidade de comunicar-se e fazer-se entender por aqueles com os quais convive. Diante disso verificamos que o uso das tecnologias caracteriza-se como sendo um desses recursos, pois elas conseguem estreitar os laços entre os indivíduos e também servem como estratégia pedagógica capaz de transmitir e possibilitar a aquisição de novos conhecimentos.

Tendo em vista essa premissa é válido afirmar que o uso da tecnologia e em especial da tecnologia assistiva tem sido requisitado reiteradas vezes por parte dos próprios deficientes ou pelos educadores como sendo um facilitador da aprendizagem. De acordo com a Secretaria de Educação Especial “Qualquer pessoa portador de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação (...)” (MEC/SEESP 2006, p. 33). Tentando definir Tecnologia assistiva tomamos como base a fala de (GALVÃO FILHO, 2009, p.207) quando afirma que esta é “uma expressão nova, que se refere a um conceito ainda em pleno processo de construção e sistematização”.

Após essas considerações sobre o uso de tecnologias na sala de aula, tentamos agora conceituar e enfatizar a real importância da tecnologia assistiva para a vida do deficiente, mas especificamente para a vida do deficiente visual, uma vez que este necessita corriqueiramente desses recursos para desenvolver as suas atividades em sala ou extra-sala de aula. Diante do que aqui foi evidenciado é correto dizer que:

[...] para pessoas sem deficiência, sistemas da Web facilitam a vida, mas para quem não pode ver ou ouvir ou andar, estes mesmos sistemas são mais do que facilitadores. Para essas pessoas, ter acesso a esses sistemas, muitas

vezes significa tornar possível a realização de tarefas que, de outra forma, exigiriam um esforço imenso ou até mesmo seriam impossíveis de serem realizadas (NICACIO, 2010, p.15).

Dentre os principais recursos de T.A, o indivíduo com deficiência visual ultimamente tem feito uso reiterado das mídias comunicativas, as quais englobam um amplo grupo de suportes. Os leitores de tela, tais como: DOSVOX, NVDA e JAWS, o ajudam a navegar no ambiente virtual, conectar-se com outras pessoas, ler e escrever textos. O VIRTUAL VISION comunica-se com o D.V e lhe passa as informações presentes na tela do computador. Em contrapartida, não se pode deixar de reforçar a importância do Sistema Braille de escrita, pois este foi o precursor para a viabilização da inclusão do deficiente visual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deficiência visual traz consigo diversos percalços para a vida das pessoas que precisam lidar com ela cotidianamente. Às vezes a insatisfação, o desespero e o comodismo fazem com que estas vivam em um mundo de “escuridão”. Entretanto quando se dispõem a *ir além de seus limites* são capazes de ver o que antes não viam, passam a enxergar não apenas com os olhos.

Nessa perspectiva é correto afirmar que o deficiente visual não deve ser encarado como um coitadinho, ele é igual a qualquer um, necessita ter autonomia e ser sujeito da sua própria vida. O uso das tecnologias viabiliza essa autonomia e lhes garante oportunidades concretas de ser e fazer a diferença onde quer que estejam.

As tecnologias, em especial a tecnologia assistiva, tem sido relevante no processo de ensino-aprendizagem de indivíduos com deficiência. Ela caracteriza-se como sendo a “voz, ouvidos”, “pernas” ou outros membros e órgãos” daqueles que costumemente carecem de algo mais para (sobre) viver nesse mundo tão contraditório. Através desse estudo, concluímos que a inclusão escolar de deficientes

visuais ultimamente tem sido bem mais debatida, porém quando esta não é mediada pelo uso das tecnologias é quase improvável, pois nem sempre os deficientes conseguem entender e fazer-se entender pelo outro que está a sua volta. São poucos os professores que sabem como incluir um deficiente visual dentro da escola e por isso às vezes a inclusão acontece apenas nas leis. Após tais reflexões conseguimos entrever que a deficiência visual não é um fim em si mesmo. Ela pode ser um bom começo, dependendo da forma como é encarada, não só pelo deficiente visual, mas também por todas as pessoas que com ele convivem.

Os professores das salas ditas “comum, ou mesmo regular” também possuem sua parcela de responsabilidade na construção do ideário de escola inclusiva e para isto atualmente tem ao seu dispor diversas ferramentas que podem ajudá-lo a realizar com maior eficácia o seu trabalho dentro e fora do ambiente educacional

REFERÊNCIAS

BRASIL Lei 9394 (1996). **Lei de Diretrizes e Bases**. Disponível em: <www.portal.mec.gov.br> Acesso em 15/09/14.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Portaria nº 948, de 09 de Outubro de 2007**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/_arquivos/pdf/politica.pdf.> Acesso em: 13/09/14.

BUENO, Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba. Editora UNIMEP, v 3 nº 5, p 7 – 25, 1999.

CONDE, Antonio João Menescal. **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. Disponível: <http://www.ibc.gov.br/index.php?query=cegueira&Buscar=Buscar&amount=0&blogid=1>. Acesso em: 08/010/14.

Declaração de Salamanca: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial. Espanha, 1994.

Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas Educacionais. Orientações gerais e marcos legais. 2. ed. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

DOMINGUES, Celma dos Anjos. **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão**

Escolar; os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira/ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial: Fortaleza UFC, 2010. ROMERO,

ROMERO, Rosana Aparecida Silva. SOUZA, Sirleine Brandão de. **Educação**

inclusiva: alguns marcos históricos que Produziram a educação atual. Disponível:

http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/447_408.pdf. Acesso:

28/08/14.

GALVÃO FILHO, Teófilo A. MACHADO, G. J. C.; SOBRAL, M. N. (Orgs.) **A**

Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade. Porto Alegre: Redes Editora, 2009.

NICACIO, Jalves Mendonça. **Técnicas de acessibilidade:** criando uma web para todos. Maceio, edufal, 2010.

NUERNBERG, Adriano Henrique. **Contribuições de Vigotsky para a educação de pessoas com deficiência visual.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** o paradigma do século 21. **Inclusão** – Revista da Educação Especial, n.1, p. 19-23, out. 2005. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>>. Acesso: 05/08/14.

SILVA, Natalí Sala da. e Oliveira, Thereza Cristina Bastos Costa de. **Convivendo com a diferença: a inclusão escolar de alunos com deficiência visual.** Disponível em:

<http://www.uel.br/eventos/sies/pages/arquivos/009%20CONVIVENDO%20COM%20A%20DIFEREN%C3%87A>. Acesso em: 29/09/14.